



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo n. 313.206-3**

Embargantes: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde

Embargada: Marta Lúcia de Castro Rocha

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Embargos de declaração. Plano de Saúde. Negativa indevida de cobertura. Danos morais. Suposta contradição quanto ao valor indenizatório. Inexistente. Embargos rejeitados por unanimidade.

I - A contradição ensejadora de embargos de declaração é aquela existente entre os termos da própria decisão embargada, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasar o julgamento e a sua conclusão e não entre a fundamentação e a tese defendida pela parte.

II - O fato de haver jurisprudência deste Tribunal aplicando valores indenizatórios inferiores ou superiores àquele aplicado ao caso em tela não configura qualquer tipo de contradição sanável através de embargos de declaração. Afinal, o valor indenizatório muda de acordo com o caso concreto mesmo em se tratando de demandas envolvendo objetos semelhantes.

III - Para a fixação dos danos morais, devem ser considerados diversos fatores, tais como a situação econômica do causador do dano; seu grau de dolo ou culpa; sua conduta frente ao lesado, após o ato ilícito; as consequências do ato ilícito; a situação econômica do lesado e o caráter pedagógico da medida.

IV - No caso, o voto embargado levou em consideração: o fato de se tratar de segurada ser idosa, vinculada ao plano desde 1986 e adimplente com as mensalidades; a gravidade do dano por ela suportado por correr risco de morte súbita caso não fosse submetida ao procedimento cirúrgico indicado pelos médicos; o fato de a seguradora embargante ser referência no quesito de prestação de serviços de saúde.

V - O *quantum* indenizatório foi exaustivamente apreciado pelo voto embargado, não só de acordo com as circunstâncias do caso concreto, mas com o entendimento pacífico do STJ, não havendo que se falar em qualquer tipo de contradição.

VI - Embargos rejeitados por unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos dos Embargos de Declaração n. 313.206-3, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 07.11.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo n. 313.206-3**

Embargantes: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde

Embargada: Marta Lúcia de Castro Rocha

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Cuido de embargos de declaração opostos pela Golden Cross Assistência Internacional de Saúde contra acórdão que negou provimento ao recurso de agravo anteriormente interposto pela ora embargante.

O cerne do debate reside em apurar a obrigação da Golden Cross de custear o material cirúrgico consistente em "Válvula Biológica Aórtica", bem como a necessidade de condenação da referida seguradora ao pagamento de danos morais em razão da negativa indevida de cobertura.

O acórdão embargado foi assim ementado (fl. 173):

*PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA DE TROCA VALVAR. NEGATIVA INDEVIDA DE COBERTURA DE PRÓTESE VALVAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 54 DO TJPE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MONTANTE DE R\$ 15.000,00. RAZOABILIDADE. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO RECURSO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE.*

*I - De acordo com a súmula 54 desta Corte de Justiça "É abusiva a negativa de cobertura de próteses e órteses, vinculadas ou conseqüentes de procedimento cirúrgico, ainda que de cobertura expressamente excluída ou limitada, no contrato de assistência à saúde. 3. Recurso improvido à unanimidade".*

*II - É possível presumir o dano moral pela simples comprovação do ato ilícito causador da dor, do sofrimento e da lesão aos sentimentos íntimos juridicamente protegidos. No caso em tela, portanto, a negativa de cobertura já é suficiente para dar ensejo à indenização por dano moral, não havendo necessidade de comprovação do dano suportado pela paciente.*

*III - O montante indenizatório de R\$ 15.000,00 mostra-se razoável e coerente com as particularidades do caso concreto. Afinal, trata-se de segurada idosa, vinculada ao plano desde 1986 e que precisava se submeter com urgência a cirurgia de troca valvar, sob grave risco de morte.*

*IV - Recurso não provido por unanimidade.*

**Embargos de declaração (fls. 729/731): Sem preliminares. No mérito,** a embargante alega apenas ter havido contradição quanto ao valor indenizatório relativo aos danos morais, por ter sido fixado sem observância dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, bem como em valor superior ao de outro julgado proferido pela 3ª Câmara Cível deste Tribunal, em caso semelhante ao presente.

**Contrarrazões (fls. 195/197):** Em sede de contrarrazões, Marta Lúcia pugnou pela manutenção integral do voto embargado, por não ter havido qualquer contradição.

Com base nisso, pugna pelo provimento do presente recuso, com o devido esclarecimento do suposto ponto contraditório.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,



**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo n. 313.206-3**

Embargantes: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde

Embargada: Marta Lúcia de Castro Rocha

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Por meio do presente recurso, a Golden Cross alega ter havido contradição do voto embargado em relação ao valor indenizatório dos danos morais. Para tanto, defende não terem sido respeitados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, bem como ter sido a indenização arbitrada em valor superior ao de outro julgado proferido pela 3ª Câmara Cível deste Tribunal, em caso semelhante ao presente.

A bem da verdade, a **contradição ensejadora de embargos de declaração é aquela existente entre os termos da própria decisão embargada**, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasar o julgamento e a sua conclusão.

Nesse sentido o STJ já se manifestou diversas vezes:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSITIVO. CONTRADIÇÃO NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*[...]*

**2. A contradição ensejadora dos declaratórios deve ser aquela verificada no bojo do decisum atacado, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasá-lo e a sua conclusão, e não entre a fundamentação e a tese defendida pela parte. Precedente.** 3. A pretensão de alterar o acórdão embargado, sem a demonstração de qualquer um dos vícios ensejadores dos embargos de declaração, não se coaduna com a via eleita, que se presta a sanar eventual omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade, inexistentes no presente caso. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDcl no AgRg no AgRg nos EREsp: 1120840 RS 2012/0129387-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 12/02/2014, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 25/02/2014) (original sem destaques)

E mais,

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA. CRIME SOCIETÁRIO. DESNECESSIDADE. CONTRADIÇÃO E AMBIGUIDADE NÃO CONFIGURADAS. TESE DEFENSIVA DE QUE A CONDENAÇÃO FOI AMPARADA APENAS NO FATO DE OS ACUSADOS CONSTAREM NO CONTRATO SOCIAL COMO SÓCIOS-ADMINISTRADORES AFASTADA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1.*

***A contradição ensejadora dos declaratórios deve ser aquela verificada no bojo do decisum atacado, ou seja, aquela existente entre os fundamentos utilizados para embasá-lo e a sua conclusão, e não entre a fundamentação e a tese defendida pela parte. Precedentes. [...] (STJ - EDcl no AgRg no REsp: 1221527 RS 2010/0212116-7, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 15/10/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/10/2013) (original sem destaques)***

E ainda,

***PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.***

***[.....]***

***4. Ademais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a contradição sanável por meio dos embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado - por exemplo, a incompatibilidade entre a fundamentação e o dispositivo da própria decisão. No caso em exame, o dispositivo do acórdão embargado está em perfeita consonância com a fundamentação que lhe antecede, não havendo contradição interna a ser sanada.***

***5. Embargos de declaração rejeitados.***"(EDcl no AgRg no AREsp 308.455/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 10/09/2013) (original sem destaques)

Na hipótese, não houve qualquer tipo de contradição, pois a fundamentação do voto embargado está em perfeita harmonia com o resultado final do julgamento.

Assim, o fato de haver jurisprudência da Terceira Câmara Cível aplicando valores indenizatórios inferiores ou superiores àquele aplicado no presente caso não configura qualquer tipo de contradição sanável através de embargos de declaração.

Nesse contexto, é importante frisar a inexistência de um critério específico para a fixação dos danos morais, devendo, para tanto, serem levados em consideração diversos fatores, tais como a situação econômica do causador do dano; seu grau de dolo ou culpa; sua conduta frente ao lesado, após o ato ilícito; as consequências do ato ilícito; a situação econômica do lesado e sua conduta, à época do fato e o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado.

Toda essa análise foi feita de forma pormenorizada pelo julgado embargado como demonstra a fundamentação abaixo transcrita:

***Na sequência, a Golden Cross defende a necessidade de redução do valor indenizatório fixado a título de danos morais, qual seja, R\$15.000,00.***

***A referida questão também já foi suficientemente debatida pela decisão recorrida. Senão vejamos.***

228  
1

De acordo com o entendimento do STJ, é possível modificar o valor da indenização fixada em instâncias inferiores se ela houver sido fixada em valores exorbitantes ou insignificante. Em relação a isso, destaco o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DESCABIMENTO. VALOR EXCESSIVO. INOCORRÊNCIA. 1. **É entendimento deste Tribunal que o valor do dano moral deve ser fixado com moderação, considerando a realidade de cada caso, sendo cabível a intervenção da Corte quando exagerado ou ínfimo, fugindo de qualquer parâmetro razoável, o que não ocorre neste feito.** 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 955380/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2008, DJ 25/02/2008 p. 331) (original sem destaques)

No meu sentir, a indenização fixada pelo juiz de base em R\$ 15.000,00, não merece ser reduzida, em conformidade com a intensidade do dano e o porte sócio econômico das partes.

Nesse contexto, frise-se, a Golden Cross é referência no quesito de prestação de serviço de saúde, sendo notável sua atuação no mercado, possuindo condição econômica suficiente arcar com esse pagamento.

Por outro lado, tratava-se de solicitação realizada por segurada **idosa**, que pagava regularmente as mensalidades e corria sério **risco de morte**.

**Deve, portanto, ser mantida a sentença a quo, quanto à indenização por danos morais no importe de R\$ 15.000,00.**

O valor arbitrado pelo magistrado de base foi razoável e coerente com as particularidades do presente caso. Afinal, trata-se de segurada **idosa**, vinculada ao plano desde **1986** e **adimplente** com as prestações mensais.

Ademais, necessitava se submeter com **urgência** à cirurgia de troca valvar, como atestam as informações constantes dos laudos médicos juntados respectivamente às fls. 33 e 34 dos autos:

"Diante do quadro clínico/ecocardiográfico, **impõe-se a cirurgia** de troca valvar que devera ser efetuada **em curto prazo sob pena de grave e irreversível dano à saúde da paciente** em questão, inclusive com **iminente risco de morte**"

**"É imperativa a necessidade de substituição da válvula aórtica, uma vez que o aparecimento dos referidos sintomas aumenta a chance de complicações como edema agudo do pulmão, infarto do miocárdio e ou morte súbita".**

É evidente, portanto, a **gravidade do dano** suportado por Marta pois corria **risco de morte súbita** caso não se submetesse ao procedimento cirúrgico indicado pelos seus médicos.

Some-se a isso o fato de a Golden Cross ser referência no quesito de prestação de serviço de saúde e detentora de condição econômica suficiente para arcar com o valor indenizatório.

Como se vê, o voto embargado levou em consideração: o fato de se tratar de segurada ser idosa, vinculada ao plano desde 1986 e adimplente com as mensalidades; a gravidade do dano por ela suportado por correr risco de morte súbita caso não fosse submetida ao procedimento cirúrgico indicado pelos médicos; o fato de a Golden Cross ser referência no quesito de prestação de serviços de saúde.

É evidente, portanto, que **o valor indenizatório muda de acordo com o caso concreto, mesmo quando em se tratando de demandas envolvendo objetos semelhantes.**

A propósito, como bem salientado nas contrarrazões, essa Terceira Câmara já majorou a indenização para patamar bastante superior ao que foi arbitrado na presente lide no julgamento de caso que também envolvia negativa indevida de cobertura, como demonstra o acórdão prolatado no processo n. 236.076-1.

Ademais, foi destacado pelo voto embargado o entendimento pacífico do STJ segundo o qual só se deve modificar o valor indenizatório fixado pelas instâncias inferiores se exagerado ou ínfimo.

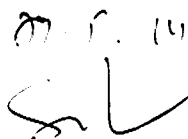
Portanto, o ponto relativo ao *quantum* indenizatório foi exaustivamente apreciado pelo voto embargado, não só de acordo com as circunstâncias do caso concreto, mas com o entendimento pacífico do STJ, sendo descabida a alegação de enriquecimento ilícito da segurada.

Assim, não há que se falar em qualquer contradição do voto embargado no que tange ao valor indenizatório.

Diante do exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo o voto embargado pelos seus próprios termos.

É como voto.

Recife,



**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator